

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 26/Mai



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3409 - Ano 2025



GRANDE ATO PELA APOSENTADORIA ESPECIAL

MAIS ENTIDADES CONFIRMADAS PARA O ATO NACIONAL PELA APROVAÇÃO
DO TEMA 1209 NO STF – APOSENTADORIA ESPECIAL DOS VIGILANTES

DIA NACIONAL DE LUTA VIGILANTES

30 DE MAIO

TEMA 1209 STF

APOSENTADORIA ESPECIAL = JUSTA E MERECEIDA



A A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), juntamente com as Federações e Sindicatos da categoria, convoca todos os vigilantes do Brasil para participarem dos atos nacionais no dia 30 de maio, a partir das 9h da manhã, em todos os Estados e no Distrito Federal.

O objetivo é pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para que pautar e julgue favoravelmente o Tema 1209, que trata da aposentadoria especial dos vigilantes, reconhecendo os riscos inerentes à profissão.

Hoje confirmamos mais 4 entidades, que estarão realizando os atos

Confirmados:

- O Sindicato dos Vigilantes do Maranhão
- O Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Sul – Sindvigilantes do Sul
- O Sindicato dos Vigilantes de São Leopoldo – RS
- O Sindicato dos Vigilantes de Pelotas – RS

E você? Vai ficar de fora dessa luta?

Participe, compartilhe e fortaleça esse movimento em defesa da aposentadoria especial dos vigilantes!

#Tema1209Já #AposentadoriaEspecial #CNTV
#VigilantesUnidos

fonte: CNTV

SINDVIG/MA



**DIA NACIONAL DE LUTA
VIGILANTES**

30 DE MAIO

TEMA 1209 STF

CONFIRMADA



E VOCÊ?



SIND. VIG. PELOTAS/RS



**DIA NACIONAL DE LUTA
VIGILANTES**

30 DE MAIO

TEMA 1209 STF

CONFIRMADA



E VOCÊ?



SIND. VIG. SÃO LEOPOLDO/RS



**DIA NACIONAL DE LUTA
VIGILANTES**

30 DE MAIO

TEMA 1209 STF

CONFIRMADA



E VOCÊ?



SINDIVIGILANTES DO SUL



**DIA NACIONAL DE LUTA
VIGILANTES**

30 DE MAIO

TEMA 1209 STF

CONFIRMADA



E VOCÊ?





CLASSE ARMADA

CATEGORIA BOA DE BRIGA

... DE UNIÃO, CONSCIÊNCIA E LUTA

CARTA ABERTA

APOSENTADORIA ESPECIAL DO VIGILANTE: JUSTA E MERECEIDA

Neste dia 30 de maio realizamos o **DIA NACIONAL DE LUTA DOS VIGILANTES PELA APOSENTADORIA ESPECIAL**, realizando atos e manifestações em todo o país. Somos mais de 3.000.000 (três milhões) de profissionais habilitados e registrados pela Polícia Federal, sendo que destes, quase 1 milhão continuam atuando em bancos, escolas, hospitais, comércio, indústria, fóruns judiciais, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, parques e outros incontáveis espaços, comprometidos com a proteção da vida das pessoas e do patrimônio público e privado.

Nosso trabalho é penoso e de alto risco, conforme reconhecimento da lei federal nº 12.740/2012. Saímos para trabalhar sem a certeza de que voltamos vivos e vivos para a nossa casa. Foram centenas os que não conseguiram voltar.

Outros, na medida em que o tempo passa, vão sentido o peso do esforço físico e stress e do adoecimento que nos acomete, resultante do tipo de trabalho que executamos.

Até o mercado de trabalho é muito cruel conosco e nos descartam na medida em que eleva a nossa idade. 50 anos é a régua para nos demitir.

Conseguir chegar a aposentadoria com um tempo de serviço diferenciado não é privilégio,



mas uma questão de necessidade e justiça. Nós merecemos.

No âmbito do Judiciário, parte vinha acolhendo os nossos pleitos, outra parte, não. O Superior Tribunal de Justiça – STJ decidiu em 2019 pela reconhecimento do nosso direito a Aposentadoria Especial (Tema 1031), mas o governo Bolsonaro recorreu ao Supremo Tribunal Federal – STF e milhares de processos estão paralisados desde então, carente de decisão do nosso órgão maior de justiça. Por isto, neste dia, estamos falando publicamente aos Excelentíssimos Ministros do STF e pedindo:

- ✓ Por favor, pautem e julguem o Tema 1209;
- ✓ Reconheçam nosso direito ao tempo especial para aposentadoria. É justo e merecemos!

SINDICATO DOS VIGILANTES DO ESTADO DA BAHIA.
FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS VIGILANTES DE ALAGOAS, BAHIA E SERGIPE
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES – CNTV

ATENÇÃO VIGILANTES: TODOS NO ATO DO DIA NACIONAL DE LUTA PELA APOSENTADORIA ESPECIAL, SEXTA-FEIRA (30)



TRF4, onde são julgados os recursos dos processos

O Sindivigilantes do Sul, junto com os sindicatos dos vigilantes de São Leopoldo e Pelotas, convoca todos os trabalhadores e trabalhadoras da segurança privada para uma grande manifestação no dia 30 de maio, sexta-feira, a partir das 09 horas, em frente ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O TRF4 está localizado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300, em Porto Alegre, onde são julgados os recursos dos processos de aposentadoria especial.

A presença de cada vigilante é essencial para mostrarmos a nossa força

de mobilização e a importância dessa reivindicação para a nossa categoria.

O protesto integra o Dia Nacional de Luta pela Aposentadoria Especial dos Vigilantes, coordenado pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV).

Haverá atos simultâneos em todo o país.

Em Brasília, a mobilização será diante do Supremo Tribunal Federal, onde o Tema 1209 – que trata do direito à aposentadoria especial – aguarda julgamento.

Além dos atos públicos, será feita a distribuição de uma carta aberta à

população, explicando a causa e pedindo apoio da sociedade.

O objetivo é pressionar os ministros a pautar e aprovar o processo, já reconhecido pelo STJ em 2019, mas que foi travado por um recurso do governo anterior no STF e milhares de processos estão parados desde então.

“Direito se conquista com luta, inteligência e democracia”, lembra José Boaventura, presidente da CNTV.

A categoria, formada por mais de três milhões de profissionais (um milhão na ativa), enfrenta riscos permanentes e merece aposentadoria diferenciada.

A aposentadoria especial não é privilégio,

é justa e merecida. Vigilante merece respeito!

Convocam:

– Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV

– Sindvigilantes do Sul

– Sindicato dos Vigilantes de Pelotas

– Sindicato dos Vigilantes de São Leopoldo

Participe!

30 de maio de 2025 (sexta-feira)

9h

Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Porto Alegre

Vamos juntos lutar pela aposentadoria especial!

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

DIA NACIONAL DE LUTA VIGILANTES

30 DE MAIO

TEMA 1209 STF

APOSENTADORIA ESPECIAL = JUSTA E MEREcida



Realização: Confederação Nacional dos Vigilantes

Apoio: Federações e Sindicatos de Vigilantes

Filiada:

UNI
global
union

CUTI

DIRESSE

Santander amplia lucros às custas de fraudes, fechamento de postos de trabalho e precarização do atendimento

Sindicato dos Bancários de São Paulo realiza ações nas regionais e denuncia prática irregular do banco, que desrespeita trabalhadores, clientes e seu papel como concessionário público



O Santander segue atuando no Brasil com total desrespeito aos trabalhadores, clientes e à sociedade. Enquanto amplia seus lucros bilionários, o banco espanhol fecha agências, impõe metas abusivas, demite bancários e promove práticas fraudulentas, especialmente no crédito consignado. Em resposta, o Sindicato dos Bancários de São

Paulo, Osasco e Região intensificou, nesta semana, a mobilização nas regionais, com panfletagens, vídeos e diálogo direto com os trabalhadores e a população, como parte da campanha nacional coordenada pela Contraf-CUT.

De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos (Dieese), o Santander lucrou R\$ 2,26 bilhões no primeiro trimestre de 2024 no Brasil. A receita com a cobrança de tarifas e prestação de serviços alcançou R\$ 5,9 bilhões — valor que cobre mais de duas vezes a folha de pagamento total do banco. Ou seja, o banco arrecada muito mais com tarifas do que investe em sua principal força: os trabalhadores.

Apesar disso, a instituição segue fechando postos de trabalho e agências. Segundo dados do Banco Central, em 2023 o Santander encerrou quase 100 agências no país. A maior parte desses fechamentos atingiu regiões periféricas, ampliando a exclusão bancária e comprometendo o atendimento à população, sobretudo nas áreas que mais dependem do serviço bancário presencial.

“É inaceitável que um banco estrangeiro, que opera no Brasil por meio de uma concessão pública, atue de forma tão negligente. Fecha agências, precariza o atendimento e ainda transfere a responsabilidade das fraudes que ele mesmo promove aos seus trabalhadores. Estamos nas ruas e nas regionais justamente para denunciar essas práticas e mobilizar os colegas na defesa do nosso trabalho, do atendimento de qualidade e dos direitos da categoria bancária”, afirmou Wanessa Queiroz, coordenadora da Comissão de

Organização dos Empregados (COE) do Santander.

As ações fazem parte de uma mobilização nacional da Contraf-CUT e dos sindicatos filiados, que exigem do Santander o respeito aos direitos garantidos pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e pelo Acordo Coletivo Específico (ACT) do banco, além da responsabilização do banco por práticas abusivas e ilegais. A luta inclui também a representação de todos os trabalhadores do conglomerado Santander, que exercem atividades típicas de bancários e devem estar resguardados pelas mesmas garantias previstas na convenção nacional da categoria.

“Seguiremos mobilizados e atuando firmemente na defesa do emprego, da dignidade e dos direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Santander. Queremos garantir que todos sejam representados por nossas entidades e pela categoria bancária. Nenhum direito a menos!”, reforçou Wanessa.

As denúncias e mobilizações continuam. A Contraf-CUT convoca todos os trabalhadores a se manterem atentos e participativos nas próximas ações. “Unidos, somos mais fortes para enfrentar os ataques e defender nossa categoria!”, finalizou.

Fonte: CONTRAF

Polícia Federal lança consulta pública sobre seu Plano de Dados Abertos

A consulta está disponível na plataforma Participa + Brasil. O período para envio de contribuições será de 26 de maio a 9 de junho de 2025



A Polícia Federal informa que foi aberta consulta pública referente ao Plano de Dados Abertos da Instituição, com o objetivo de promover a transparência e incentivar a participação da sociedade na definição de prioridades para a abertura de bases de dados sob sua guarda.

A consulta está disponível na plataforma Participa + Brasil. O período para envio de contribuições será de 26 de maio a 9 de junho de 2025.

O Inventário de Bases de Dados 2025 – PDA/PF foi elaborado pelo Núcleo de Gestão Estratégica e Inovação da PF, em

conformidade com as diretrizes legais de governo aberto e dados públicos. A iniciativa visa fortalecer a gestão transparente da informação e estimular o controle social das ações estatais.

Para acessar a consulta pública e participar, visite:

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/consulta-publica-sobre-plano-de-dados-abertos-da-policia-federal>

Coordenação-Geral de Comunicação Social

imprensa@pf.gov.br | (61) 2024-8142

SAIBA MAIS

Consulta pública sobre Plano de Dados Abertos da Polícia Federal

Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Setor: MJ - Polícia Federal

Status: Ativa

Abertura: 26/05/2025

Encerramento: 09/06/2025

Processo: 08209.000200/2025-02

Contribuições recebidas: 0

RESUMO

Dados abertos da Polícia Federal: Aqueles dados que podem ser livremente acessados, utilizados, modificados e compartilhados por qualquer pessoa, estando sujeito a, no máximo, exigências que visem preservar sua proveniência e abertura. Consulta pública sobre a priorização de abertura de bases de dados da Polícia Federal.

CONTEÚDO

- Clique no botão ou no parágrafo que deseja contribuir -

Bem-vindo(a) à consulta pública da Polícia Federal sobre o Plano de Dados Abertos (PDA) 2025-2027 e sobre as bases de dados da Polícia Federal de interesse da sociedade. O Plano de Dados Abertos (PDA) é o documento que consolida o planejamento das ações que visam à abertura, fomento ao uso e reúso, além de sustentação de dados abertos nas organizações públicas, em conformidade com a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Os dados abertos são aqueles dados que podem ser livremente acessados, utilizados, modificados e compartilhados por qualquer pessoa, estando sujeito a, no

máximo, exigências que visem preservar sua proveniência e abertura (Fonte: Open Knowledge). Com o objetivo de alinhar a oferta de dados abertos às necessidades e interesses da sociedade, promovemos esta consulta pública como um dos critérios para verificar quais bases de dados a serem abertas futuramente devem ser priorizadas. A sua colaboração é essencial! A participação de toda a sociedade permitirá maior transparência e relevância no trabalho de construção do plano de dados abertos, permitindo identificar quais dados são mais relevantes à comunidade. Por isso, pedimos que informe quais das bases de dados abaixo você entende que são prioritárias para serem disponibilizadas ao público. Sugerimos que sejam listadas as bases de interesse, por ordem de prioridade, com comentários sobre as referidas bases, caso tenha interesse. Esta consulta está disponível pelo período de 26/05/2025 a 09/06/2025

1. Gestão de dados e Análise Criminal: dados estatísticos criminais de operações policiais;

2. Gestão de atividades de Criminalística: dados estatísticos de gestão da criminalística e de Laudos de Perícia Criminal elaborados por peritos criminais federais;

3. Estatísticas de Polícia Judiciária: estatísticas acerca de inquéritos policiais instaurados, relatados e em andamento;

4. Armas: dados estatísticos referentes ao quantitativo de registros e portes de arma de fogo expedidos e ao número de armas de fogo com ocorrências;

5. Segurança Privada: dados estatísticos referentes ao número de empresas de segurança privada ativas, vigilantes ativos, carros fortes ativos, turmas de formação de vigilantes homologadas, número de instituições financeiras com plano de segurança aprovado;

6. Passaportes: dados estatísticos referentes ao quantitativos de passaportes comuns, passaportes de emergência, passaportes para estrangeiros, Laissez- Passer, e outros emitidos;

7. Registro migratório: dados estatísticos referentes ao número de registros ativos de imigrantes, segmentados por escopo temporal (mensal), escopo geopolítico (UF), país de nacionalidade do imigrante e situação do imigrante (residente, temporário, provisório e fronteiriço);

8. Tráfego Internacional: dados estatísticos referentes ao quantitativo de movimentos migratórios nos postos de fronteiras no Brasil;

9. Produtos Químicos: dados estatísticos referentes às pessoas jurídicas e pessoas físicas que atuam com produtos químicos controlados;

10. Mobilização do efetivo: dados estatísticos referentes à mobilização de servidores da PF;

11. Logística: dados estatísticos de

almoxarifado, patrimônio e contratos da Administração;

12. Protocolo e gestão documental: dados estatísticos de gestão de documentos, processos e arquivos da Polícia Federal;

13. Gestão de pessoal: dados estatísticos sobre servidores da Polícia Federal;

14. Remoção: dados estatísticos sobre remoção de servidores;

15. Controle Acadêmico: dados estatísticos sobre os cursos e ações de capacitação promovidas pela Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia ? DIREN-ANP/ PF;

16. Periódicos da Academia Nacional de Polícia: revistas científicas de acesso livre da Polícia Federal.

Observação: A lista acima contém bases que já possuem dados abertos no perfil da Polícia Federal no portal de dados abertos do governo federal. Para estas bases, a participação pública nesta priorização não implica necessariamente que mais dados estatísticos serão abertos pelo órgão imediatamente, mas sim que todas as participações serão consideradas no planejamento das ações de dados abertos na confecção do PDA imediato ou futuro.

PARTICIPE!

FONTE: DPF

Senado vota inclusão de guardas municipais entre órgãos de segurança



Com quatro itens em pauta, Plenário pode votar a PEC 37/2022 nesta terça
Andressa Anholete/Agência Senado

Da Agência Senado

O Plenário pode votar na terça-feira (27) a proposta que inclui as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos de segurança pública previstos na Constituição. A sessão deliberativa está marcada para as 14h e tem quatro itens na pauta.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) 37/2022 foi sugerida pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Pelo texto constitucional, são considerados como de segurança pública os seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; polícias civis;

polícias militares e corpos de bombeiros militares; e polícias penais federal, estaduais e distrital. A PEC acrescenta as guardas municipais.

Aprovada no ano passado pelo Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com relatório favorável do senador Efraim Filho (União-PB), a proposta esta semana ainda passaria pela última sessão de discussão em Plenário. Mas a Casa aprovou um rito especial para agilizar sua votação. Com isso, os dois turnos de apreciação da PEC podem ocorrer na mesma sessão.

Fonte: Agência Senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF